



José Cruz/Agência Senado

## Especialistas sugerem mudanças na Lei de Adoção para coibir abusos

Proposta de revisão foi feita em audiência da Comissão de Direitos Humanos sobre adoção suspeita de cinco irmãos na Bahia. **3**

Paim (C) ouve profissionais do Direito e representantes de grupos de apoio à adoção dizerem que a legislação deve priorizar a criança e não quem quer adotar

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.771 — Brasília, quarta-feira, 7 de novembro de 2012



## Recursos para estados geram debates simultâneos no Senado

Questões como dívidas com a União, royalties do petróleo e distribuição do Fundo de Participação dos Estados pautaram ontem audiência em comissão, discursos em Plenário e reuniões de Sarney com governadores, representantes gaúchos e com a ministra de Relações Institucionais

**R**elator do grupo de especialistas que estuda alterações no pacto federativo, Everardo Maciel defendeu um código fiscal na Comissão de Assuntos Econômicos, e Sarney reuniu-se com a ministra Ideli Salvatti e com representantes de estados. Projeto do Senado sobre royalties, aprovado ontem na Câmara, vai à sanção. **4 e 5**



José Cruz/Agência Senado

Ao lado de Lobão Filho (D), Everardo Maciel detalha à CAE relatório parcial do grupo de especialistas que estuda o pacto federativo

**Concessionárias de luz apontam falhas na MP que reduz tarifa **4****

**Projeto cria fundo para financiar aterro sanitário **6****

**Texto proíbe congelamento de verba para regiões pobres **8****



Genildo Mangalo/Agência Senado

No debate, Leonardo Palhares, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg, Carol Conway, Manoel Leonardi e Guilherme Varella

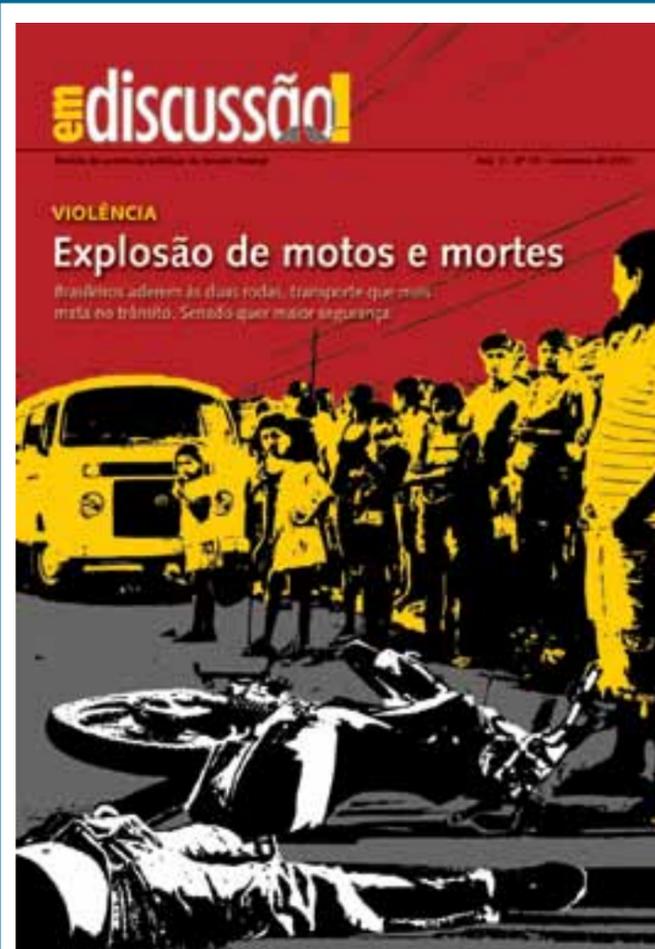
### Regras gerais devem nortear relações de consumo

Para os participantes do debate no Senado sobre o projeto que inclui no Código de Defesa do Consumidor uma série de regras para o comércio eletrônico, as mudanças

na lei atenderão melhor a sociedade se tratarem de princípios gerais, sem enumerar situações pontuais, como o meio em que a compra foi efetivada. **7**

**Projeto aprovado veta veículo escolar com mais de dez anos **3****

**Pediatra indica caminhos para evitar a violência **2****



Reprodução

### Revista *Em Discussão!* aborda acidentes com motos

Senado lança nova edição da revista *Em Discussão!* hoje, na Comissão de

Assuntos Sociais. Reportagens tratam de mortes com motocicletas. **2**



Renato Scussel (E), Rose-Anne Bisiaux, Pedro Simon, Darcísio Perondi, Keiko Ota e Iraê Lucena na abertura da 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância

Gerardo Magela/Agência Senado

## Jucá critica uso de licitação para dar alvará a taxistas

Romero Jucá (PMDB-RR) criticou ordem judicial para que a Prefeitura de Boa Vista realize licitação para distribuir alvarás para taxistas. Ele disse ter sido procurado por vários taxistas insatisfeitos com a dificuldade de renovar alvarás. Na opinião de Jucá, o processo deve ser feito por meio de autorização, e não de concessão, o que dispensaria a licitação.

— Com a licitação, eles perderão para empresas que entrarão nas licitações de táxis. Nós teremos a possibilidade de enfrentar um desemprego em massa de taxistas.

A exigência de licitação foi tomada com base numa ação do Ministério Público de Roraima. De acordo com o senador, o entendimento do MP decorre do fato de que a legislação diz que os alvarás de táxis seriam uma concessão e, portanto, teriam que ser licitados.

Diante da situação, o senador lembrou ter apresentado o PLS 388/12, que deixa claro que os táxis são objeto de autorização, e não de concessão.

— Estamos aqui defendendo o trabalho dos taxistas do Brasil — afirmou.

# Senado promove evento sobre primeira infância e cultura da paz

Até amanhã, conferências e cursos serão ministrados por 14 especialistas do Brasil e exterior nas áreas de saúde materno-infantil e educação

O SENADO ABRIU ontem a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Até amanhã, sempre a partir das 9h30, no Auditório Petrônio Portella, o evento oferece conferências e cursos ministrados por 14 especialistas do Brasil e do exterior nas áreas de saúde materno-infantil e educação. O tema é “O desenvolvimento integral da criança — teoria e prática”.

Ontem, Antonio Marcio

Lisbôa, membro honorário da Academia Nacional de Medicina e integrante da Academia Brasileira de Pediatria, afirmou que construir pessoas com limites é uma das armas para prevenir a violência. Para ele, a criança que tem uma personalidade bem estruturada na infância tem menos possibilidades de se tornar uma pessoa violenta quando crescer, se comparada às que foram maltratadas ou rejeitadas.

Para o representante no Brasil do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Gary Stahl, o país vem avançando nas políticas voltadas à primeira infância. No entanto, ele destacou a necessidade de promover políticas específicas

para as comunidades mais carentes, em que o índice de mortalidade infantil ainda é alto. Stahl disse que o percentual de óbitos é 2,6 vezes maior entre os indígenas, e 1,4 vez entre os negros. As Regiões Norte e Nordeste concentram 50% das mortes infantis do país.

Para o representante do Unicef, “é preciso focar no pleno desenvolvimento infantil, oferecer condições para a criança crescer em um ambiente livre de violência e priorizar a mulher e a primeira infância”. Stahl parabenizou o Brasil por já ter alcançado a meta do milênio para 2015 de redução da mortalidade infantil.

De acordo com o coordenador da Saúde da Criança e

Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, Paulo Bonilha, a meta foi alcançada três anos antes do previsto com as ações de combate à pobreza e com o Bolsa Família. Ele acrescentou que o país tem desenvolvido políticas para a primeira infância, como os Programas Brasil Carinhoso e Saúde na Escola.

Para Vital Didonet, especialista em educação infantil da Rede Nacional Primeira Infância, o país “ainda tem que caminhar para que as crianças tenham presença nas políticas públicas”.

Confira a programação da 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz em [www.senado.leg.br/infanciaepaz](http://www.senado.leg.br/infanciaepaz).



Antônio Cruz/ABR

Na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, motociclistas participam de manifestação pela paz

## Motos e mortes são temas da 13ª Em Discussão!

No rastro de um impressionante aumento da frota nos últimos 15 anos, os acidentes de motocicleta se tornaram as maiores causas de morte do trânsito nacional (que leva mais de 40 mil vidas por ano), à frente dos atropelamentos e das colisões de carros. Esse é o tema da 13ª edição da revista *Em Discussão!*, que será lançada hoje, às 10h30, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Editada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, a revista traz a cobertura da audiência pública de maio e do seminário de setembro promovidos pela CAS sob o tema “Segurança no trânsito — motocicletas”. Para debater com os senadores, compare-

ceram mais de 30 convidados, entre especialistas de tráfego, sociólogos e representantes da indústria, dos motociclistas profissionais e dos órgãos governamentais incumbidos de enfrentar o problema.

Buscar saídas para melhorar esse quadro sinistro é tarefa urgente, lembrou Ana Amélia (PP-RS), quando coordenou os debates. A revista mostra que o Legislativo tem importante papel a desempenhar pela solução do problema — por exemplo, assegurando recursos para a educação no trânsito e formulando novas regras para melhorar a fiscalização e a segurança dos motociclistas.

Em 80 páginas, *Em Discussão!* revela para os leitores o avanço

das motos na paisagem do trânsito nacional: já são 19 milhões delas nas ruas. De acordo com dados da indústria, 85% dos compradores de motocicletas pertencem às classes C, D e E. Elas oferecem alternativa ao usualmente precário transporte coletivo, e muitas vezes são o meio de sobrevivência de motoboys, mototaxistas e motofretistas.

Porém, o custo das mortes e dos feridos no trânsito, de acordo com estimativas, soma anualmente mais de US\$ 13 bilhões por ano. Se 26,7% da frota é de motocicletas, 65,3% das indenizações pagas pelo seguro DPvat por morte e invalidez se referem a acidentes envolvendo esses veículos.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### CONGRESSO: Orçamento

12h O Congresso analisa, no Plenário da Câmara, projetos com parecer da Comissão Mista de Orçamento.

### PLENÁRIO: Criação de TRF

14h Entre as matérias na pauta da sessão deliberativa, proposta de emenda à Constituição que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte.

### PRESIDÊNCIA: Busto de Ulysses

10h José Sarney participa de inauguração do busto de Ulysses Guimarães, na Praça dos Três Poderes; às 12h, preside sessão do Congresso; às 16h, preside a ordem do dia; entre outros compromissos.

### CPI DA MULHER: Debate no Rio

9h A comissão que investiga a violência contra a mulher realiza audiência pública no Rio de Janeiro.

### CCT: Telecomunicações internacionais

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia debate a formulação da posição brasileira para a Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais, em Dubai.

### CAS: Lançamento de revista

9h Projeto inclui no Bolsa Família pessoas acometidas por câncer. Às 10h30, lançamento da revista *Em Discussão!*.

### CCJ: Terras indígenas

10h A comissão vota PEC que permite indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até 1988.

### CE: Exame para Medicina

10h Audiência pública debate projeto sobre exame de proficiência em Medicina como requisito para o exercício da profissão.

### CI: Gasolina em falta

14h A falta de combustíveis no Amapá será discutida em audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com participação de representante da ANP.

### CMMC: Planos setoriais

14h Em audiência pública, a comissão debate planos setoriais (energia, transporte e saúde) de mitigação e adaptação à mudança do clima.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## No Rio, CPI da Violência contra a Mulher encontra funcionários sem preparo

Excesso de burocracia e falta de integração dos órgãos responsáveis pelo atendimento a mulheres vítimas de violência reduzem as chances de proteção da população feminina no Rio de Janeiro. A constatação é da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que trata da violência contra a mulher.

Para a relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES), a cidade enfrenta déficit de funcionários e falta de capacitação do pessoal que atende mulheres vítimas de violência.

— As medidas protetivas poderiam ser expedidas num prazo menor se não fossem esses problemas.

No Rio, ela foi à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher, ao 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e ao Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência.

## Davim anuncia audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas em Salvador



Paulo Davim (PV-RN) comunicou que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas realizará audiência pública em Salvador

no dia 12. Será investigada, disse, denúncia de adoção ilegal no interior baiano.

A CPI deve ouvir os acusados de envolvimento no esquema denunciado pelo *Fantástico*, programa da Rede Globo que mostrou que o então juiz da cidade teria ordenado que cinco crianças de uma mesma família fossem tiradas da casa dos pais pela polícia e entregues à adoção.

Paulo Davim parabenizou a autora Gloria Perez por tratar do tráfico de pessoas na novela *Salve Jorge*, também da Globo.

## Malta diz que recomeçará coleta de assinaturas para CPI dos planos de saúde



Magno Malta (PR-ES) informou que recomeçará a coleta de assinaturas para a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os planos de saúde.

O senador havia protocolado requerimento com número de assinaturas superior ao mínimo necessário — 27 —, mas alguns parlamentares retiraram o apoio. Ele atribuiu a retirada das assinaturas ao lobby dos planos de saúde.

Malta afirmou ter recebido do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), o compromisso de que não haveria interferência para impedir a criação da CPI. Ele disse receber todos os dias manifestações de pessoas que enfrentam problemas com os planos de saúde.

# Lei de Adoção pode sofrer mudanças para coibir abusos

Caso suspeito de cinco irmãos na Bahia motivou audiência pública na Comissão de Direitos Humanos com especialistas

A REVISÃO DA Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010/09) foi defendida ontem em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para analisar a adoção suspeita de cinco irmãos na Bahia.

Magno Malta (PR-ES) e o promotor de Justiça de Minas Gerais Carlos José e Silva Fortes afirmaram que a norma precisa favorecer a criança, e não a família interessada em adotá-la.

— É preciso fechar a porta para juiz, promotor e assistente social que formam cartel para auferir lucro em cima de quem não pode se defender — disse o senador, referindo-se à denúncia de participação do juiz Vitor Manoel Bizzerra nas adoções suspeitas na Bahia.

Fortes pediu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que investigue um casal do Rio de Janeiro acusado de desrespeitar o cadastro estabelecido pela Lei Nacional de Adoção.

— Esse casal acompanhou a gravidez e, quando a criança nasceu, levou-a irregularmente para o Rio de Janeiro e conseguiu guarda provisória. Enquanto isso, 27 casais legalmente cadastrados e interessados em adotar foram burlados. E o pior: a criança foi entregue a um casal que não passou pelo crivo legal da adoção — disse Fortes.

Janete Aparecida Silva Oliveira, representante do Grupo de Apoio à Adoção De Volta pra Casa, defendeu mudança na lei para permitir a um casal bancar a gravidez de mãe interessada em entregar o filho para



Presidente da comissão, Paim (3º à esq.) ouve Fabiana (2ª à dir.) dizer que ilegalidades se espalham

adoção e, assim, ter prioridade nesse processo. Ela também cobrou o cumprimento da norma que estabelece dois anos como limite de permanência de criança e adolescente em abrigo. O desrespeito a esse prazo, assinalou, pode minar as chances de adoção.

## Adoção de irmãos

Outro ponto da Lei da Nacional de Adoção que precisa de ajustes, na opinião da presidente do Grupo de Apoio à Adoção De Volta pra Casa, Sandra Amaral, é o que determina a adoção de irmãos pela mesma família.

— Às vezes, uma criança que tem 1 ano perde uma oportunidade porque tem um grupo de irmãos, com 12 ou 8 ou 3 anos, que precisa ser adotado por uma mesma família. Nós podemos ter irmãos que moram em lugares, cidades e até países diferentes e temos o mesmo amor um pelo outro — argumentou Sandra.

Ao mesmo tempo em que reforçou

a necessidade de mudanças na lei, a representante do Grupo de Apoio à Adoção Aconchego, de Brasília, Fabiana Gadelha, observou que ilegalidades em processos de adoção se espalham pelo país e, portanto, não adiantaria demonizar o juiz, os pais adotivos e a intermediadora da adoção irregular de cinco crianças na Bahia.

— Não adianta demonizar a situação na Bahia, que não é única, faz parte da cultura do “eu quero um filho agora e não vou esperar”. Isso não é o fim do mundo, é a coisa mais comum que tem. O que se sabe é que esse é um ato ilícito e que é preciso mostrar para a sociedade que a adoção não é um instrumento para tirar filho de pobre, mas para buscar família para uma criança que não a tem — disse Fabiana, aconselhando casais interessados em adotar que busquem a criança na sua comarca em vez de ir ao interior do país, onde as chances de cometerem irregularidades são maiores.

## Projeto dá dez anos como tempo máximo em transporte escolar



Autor do projeto, Paulo Bauer ouve o relator, Aloysio Nunes, na Comissão de Educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que estabelece dez anos como tempo máximo de uso para veículos de transporte escolar. O texto (PLS 67/12) receberá votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A mudança no Código de Trânsito Brasileiro passará a valer, segundo o projeto, 365 dias após a publicação da futura lei.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), observou que, mesmo periodicamente revisados, veículos com mais de dez anos de uso não oferecem segurança.

Ao comemorar a aprovação pela

comissão, Bauer disse ter ficado feliz com o apoio do Ministério da Educação.

— É um projeto importante para a educação, mas ainda mais para os alunos, a quem precisamos dar segurança. Ainda existem administradores públicos que acham que transporte escolar pode ser feito de qualquer maneira, sem pensar na segurança dos alunos — afirmou Bauer.

O presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), considerou o projeto interessante e lamentou que em alguns municípios do Paraná existam veículos de transporte escolar sendo utilizados para o transporte de portadores de doenças infectocontagiosas.

## Médico, psicólogo, corretor e jornalista poderão ser incluídos no Simples Nacional

As atividades de profissionais de áreas como medicina, psicologia, corretagem de seguros e jornalismo poderão vir a ser beneficiadas pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). O projeto de lei do Senado 242/07 — Complementar, do ex-senador Osmar Dias, foi aprovado ontem na CE. O texto é um substitutivo da relatora, Ana Amélia (PP-RS), e será examinado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE). Beneficia também pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de creche e pré-escola. O objetivo é permitir que, mesmo aderindo ao Simples, possam usufruir de alíquotas menores do Imposto sobre Serviços (ISS).

## Proposta de punição a pais de alunos gera polêmica na Comissão de Educação



Começou a ser discutido ontem na CE o PLS 189/12, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que estabelece penalidades a pais ou responsáveis que não comparecerem a reuniões nas escolas dos filhos. O texto teve voto favorável do relator, João Capiberibe (PSB-AP), mas Roberto Requião (PMDB-PR, foto) aceitou pedido de vista coletiva. Ele considerou o projeto rigoroso demais, e Tomás Correia (PMDB-RO) lembrou que pais trabalhadores teriam dificuldades. Ana Amélia (PP-RS) defendeu o estímulo à presença dos pais na escola em vez de punição.

## Setor elétrico teme que MP afaste investidores

Em audiência da comissão mista que examina a medida provisória sobre as concessões de energia elétrica, representantes de empresas de geração e distribuição de eletricidade avaliaram o plano do governo federal de reduzir as tarifas de energia como um fator importante para o desenvolvimento e a competitividade do país. No entanto, consideraram que alguns artigos da MP 579/12 põem em risco a segurança jurídica dos contratos no setor elétrico.

Tal situação, na opinião deles, poderá afastar investidores e pôr em risco a própria meta de tarifas baixas.

As entidades também consideraram baixo o valor previsto para a indenização às concessionárias que tenham contratos a vencer até 2017.

Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia



Relator da comissão, Renan Calheiros (2º à dir.) ouve Djalma Morais, da Cemig

Elétrica (Abradee), argumentou que não se pode buscar a modicidade tarifária a curto prazo se, no longo prazo, não haverá condições para o concessãoário assumir os riscos do negócio.

— Não há razoabilidade em obrigar renúncia a eventuais direitos anteriores — disse.

Djalma Bastos de Morais, presidente da Companhia Energética de Minas Gerais

presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), sugeriu que a tarifa de geração seja suficiente para cobrir todos os custos imputáveis à concessão da hidrelétrica.

José Cláudio Cardoso, presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), previu que os mecanismos de indenização da medida provisória causarão “tremenda injustiça”, especialmente quanto a equipamentos que, segundo o texto, não estão totalmente amortizados e não serão indenizados.

Jânio Vital Stefanello, presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop), apoiou emenda de Ana Amélia (PP-RS) que dá às cooperativas de energia os mesmos benefícios das concessionárias e permissionárias.

(Cemig), disse que a empresa se encontra em “situação singular” por ter garantida a renovação de concessões de três importantes hidrelétricas. Para Morais, a quebra do contrato causaria desconfiança nos acionistas da estatal mineira.

— Não há condições de operar a Hidrelétrica de Três Marias com apenas R\$ 11 por megawatt — afirmou.

Flávio Antônio Neiva,

## Jucá analisa pontos sobre intervenção

“Apesar de alguns pontos que precisam ser revistos, a medida provisória da intervenção no setor elétrico é muito oportuna”, afirmou o relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR).

Em audiência, ontem, sobre a MP 577/12, o senador disse que entregará o relatório da comissão que analisa a medida na próxima terça. Jucá está avaliando se a indisponibilidade dos bens dos administradores de concessionárias pode ser feita por MP e também analisando questões como o prazo de intervenção (de um ano, com prorrogação indefinida), a impossibilidade da recuperação judicial das empresas e a

abertura “sem muito critério” para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realize ações como cisão, incorporação e aumento de capital.

A consultora jurídica do Ministério de Minas e Energia Ticiania de Sousa disse que a Lei 8.987/95 já previa a intervenção e a extinção das concessões, mas não fornecia as diretrizes de como o poder concedente deve assumir o serviço.

— Por isso, a MP veio, para dar mais detalhes para os casos previstos na legislação — disse.

O presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Franklin Gonçalves, considerou preocupante a situação

dos trabalhadores caso não haja interessados em assumir as concessões extintas.

Já o representante do grupo Rede Energia, Hermes Marcelo Huck, destacou que, “em 60 dias de vigência, pelo menos 11 liminares já foram concedidas por juízes federais, reconhecendo a inconstitucionalidade de uma ou de algumas das disposições da MP”. Quanto à proposta de José Pimentel (PT-CE) sobre um fundo garantidor para que as empresas se restabeleçam, Jucá destacou a necessidade de ver quem seria efetivamente o financiador do fundo, para que ele não represente mais um encargo



Franklin Gonçalves (E), Romero Jucá, deputado Fernando Ferro, Ticiania de Sousa e Ricardo Brandão avaliam a MP 577/12

## Deputados do Amapá querem que União assuma dívida de estatal

Deputados estaduais do Amapá pediram a ajuda do presidente do Senado, José Sarney, num dos pontos problemáticos da federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) — o controle deve ser transferido do governo estadual para a Eletrobras.

Eles reivindicam que o governo federal arque com a dívida da distribuidora de energia, de R\$ 1,5 bilhão, e pedem a inclusão dessa proposta na MP 579/12, que autoriza a

prorrogação dos contratos de energia hidrelétrica.

O projeto de federalização da CEA, que aguarda votação na Assembleia Legislativa do Amapá, prevê um empréstimo ao estado no valor de R\$ 1,4 bilhão, a ser concedido pela Caixa Econômica Federal com o aval do Tesouro Nacional.

Segundo o presidente da assembleia, deputado Júnior Favacho, o governo estadual não tem condições de assumir a dívida da CEA:

— Não somos contra a federalização, é a melhor solução. Mas vários temas precisam ser

abordados, como esse passivo que o governo tem que contrair para equacionar a dívida.



Sarney (D) recebe o presidente da Assembleia Legislativa do AP, Júnior Favacho

## Especialistas defendem um código do federalismo fiscal

Relator da comissão que analisa o pacto federativo apresenta propostas em audiência com senadores



Everardo Maciel fala sobre as ideias dos especialistas ao lado de Lobão Filho, que presidiu a audiência

A RELAÇÃO ENTRE União, estados e municípios pode ter nova arquitetura com um código do federalismo fiscal e outras leis complementares. Foi o que disse ontem o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, relator do grupo de especialistas que analisa alterações no pacto federativo, durante audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Everardo disse que a criação desse código é prevista em uma das propostas de emenda à Constituição apresentadas pelos especialistas. A ideia é criar normas para incentivos regionais, harmonização de políticas tributárias, regiões metropolitanas, consórcios públicos e integração das administrações tributárias.

Como qualquer mudança nas questões federativas gera ganhadores e perdedores, os especialistas optaram por tratar os temas de forma conjunta, criando o que chamaram de compensação cruzada.

Para o Fundo de Participação dos Estados (FPE), cujo rateio foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a comissão de especialistas propõe a manutenção dos valores distribuídos em 2012. O excedente seria rateado proporcionalmente à participação relativa da população e do inverso do produto interno bruto (PIB) per capita. Combinados, esses dois critérios evitariam perdas para qualquer estado e, ao mesmo tempo, assegurariam a FPE caráter redistributivo, atendendo a determinação constitucional.

O relator apresentou um caminho para o fim da guerra fiscal, já que o STF declarou a inconstitucionalidade das leis estaduais de benefícios tributários: o quórum para decisões do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) seria reduzido para dois terços nos casos de anistia de impostos devidos e migração de incentivos. Para outras deliberações, seria exigida a unanimidade dos 27 secretários de Fazenda. Sobre o ICMS, o relator sugeriu duas mudanças na PEC 103/11, aprovada pelo Senado e hoje em análise pela Câmara dos

Deputados, para eliminar imperfeições técnicas. Outra proposta prevê a redução gradual em oito anos das alíquotas interestaduais do ICMS, visando à convergência para uma alíquota uniforme de 4%. Everardo defendeu também um novo critério de rateio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cujos repasses aos estados seriam proporcionais aos totais das exportações de todos os produtos — e não apenas dos industrializados. Além disso, o volume dos repasses seria elevado de 10% para 12% do produto da arrecadação do IPI.

## Everardo apoia projeto que redistribui royalties

Para o rateio dos resultados de petróleo e gás, Everardo Maciel defendeu o PLS 448/11, aprovado ontem na Câmara. Ele sugeriu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador,

em substituição ao Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), e a limitação dos juros reais a 4% ao ano. O limite de comprometimento da receita líquida diminuiria de 13% para 11%, como propõe

Luiz Henrique (PMDB-SC). Ricardo Ferraço, Waldemir Moka (PMDB-MS) e Cyro Miranda (PSDB-GO) disseram que estados recorreram a incentivos pela falta de políticas de desenvolvimento. Flexa Ribeiro

(PSDB-PA) sugeriu que a comissão ajude na revisão da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. E Lobão Filho (PMDB-MA) destacou que o trabalho dos especialistas não é remunerado.

## Valadares sugere repactuação das dívidas previdenciárias

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o governo federal deveria propor soluções emergenciais para aliviar os problemas financeiros dos municípios. O senador também elogiou a iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, de criar uma comissão de especialistas para discutir o pacto federativo. O relatório parcial com sugestões foi recebido por Sarney na semana passada.

Para Valadares, além de fazer uma nova repactuação das dívidas previdenciárias antes da posse dos novos prefeitos, o governo deveria renunciar, em caráter temporário, a uma parte de suas receitas para incrementar o FPE.

— Essa crise não estancará enquanto não se fortalecer o pacto federativo, dividindo, de forma equitativa, as receitas arrecadadas — disse o parlamentar.

## Renegociação precisa receber prioridade, afirma Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu uma solução urgente para a renegociação das dívidas de estados e municípios, com a redução das taxas de juros e a ampliação do prazo de pagamento. Cuidar das finanças dos estados e municípios deve ser prioridade do Parlamento até o fim do ano, segundo o senador.

— É muito melhor que os estados, operando a partir das suas receitas, tenham folga orçamentária para promover o investimento — afirmou o senador ao destacar que o novo pacto fiscal deve primeiro promover o aumento da arrecadação, para depois permitir a contratação de novos empréstimos por parte dos gestores.

O parlamentar pediu que os líderes partidários cheguem a um consenso e estabeleçam um piso para o FPE, sem mais perdas nos repasses feitos pela União.

## Para Cidinho, proposta de juristas prejudica Mato Grosso

Cidinho Santos (PR-MT) manifestou preocupação com o rumo das discussões sobre o FPE no Congresso Nacional. O senador disse que a proposta de modificação do fundo apresentada ao Senado pela comissão de juristas prejudicará Mato Grosso.

— Nós, mato-grossenses, esperávamos ser contemplados com melhor participação no fundo, o que não aconteceu. Pela sugestão da comissão, o estado perderá aproximadamente 20% de suas receitas advindas do FPE nos próximos cinco anos.

De acordo com Cidinho Santos, a proposta também inibe a concessão de incentivos fiscais por parte das unidades federadas, o que novamente prejudicaria Mato Grosso.

— Se não oferecêssemos incentivos, as empresas não iriam para o Centro-Oeste — alertou o parlamentar.

## Ideli: FPE e royalties são prioridades

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvati, listou como prioridades do governo no Congresso a definição de um novo modelo de divisão dos royalties do petróleo e alteração das regras do FPE. Os mesmos assuntos foram apontados pelo presidente do Senado, José Sarney, como pautas mais importantes do Legislativo neste ano. Os dois reuniram-se ontem.

No que diz respeito ao FPE, senadores e deputados precisam preencher uma lacuna jurídica, uma vez que os critérios atuais só valem até 31 de dezembro. Ideli ressaltou que “a alternativa e a solução estão nas mãos dos parlamentares”.

— Ou o Congresso vota novos critérios ou negocia com o Judiciário a prorrogação dos atuais por mais um ano — disse.

Em relação aos royalties do petróleo, a ministra antecipou o resultado contrário à vontade do governo que a Câmara confirmaria horas depois da reunião: foi apro-



Ministra visita o Senado e reitera a posição do governo sobre petróleo

vado o projeto do Senado que, além de redefinir a divisão dos royalties para os poços em regime de partilha — como é o caso dos localizados no pré-sal —, altera os contratos firmados no regime de concessão em vigor.

Ideli afirmou que a presidente Dilma Rousseff defendia um texto que não suscitasse pendências judiciais, portanto, “sem mudanças nas regras de poços já licitadas”.

— Se for parar na Justiça, acabará sendo prejudicial a

todos, porque é muito difícil um assunto desta envergadura ser resolvido rapidamente no Judiciário — disse a ministra.

Ela acrescentou que a presidente queria garantir recursos dos royalties para a educação, o que também não foi aprovado pelos deputados.

### Votação

O texto aprovado pela Câmara já havia passado pelo Senado e foi enviado à sanção presidencial. Ele beneficia estados e municípios não produtores de petróleo. A matéria foi votada depois de o Plenário aprovar, em placar apertado (220 votos a 211), um pedido de preferência, descartando o substitutivo do relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), para quem “a decisão se mostrará uma ilusão no futuro”.

— O texto aprovado não fecha em alguns pontos e não se sustenta, com equívocos de redação ou matemática — afirmou Zarattini.

## Governadores pedem revisão dos débitos dos estados

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita dos governadores do Ceará, Cid Gomes, e do Maranhão, Roseana Sarney, que discutiram questões como a dívida pública e os critérios de distribuição do FPE.

Cid disse que a nova partilha do FPE deve garantir que estados não percam recursos. Ele registrou que, devido a renúncias fiscais, o Ceará recebeu da União, em outubro de 2012, cerca de 20% a menos do que no mesmo mês do ano passado.

Roseana pediu uma transformação lenta e gradual para os estados se adaptarem a uma nova forma de distribuição do FPE. Ela também pediu revisão da dívida dos estados, informando que o orçamento do Maranhão é de R\$ 11 bilhões, mas a dívida gira entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões.

## Dívida gaúcha subiu de R\$ 10 bi para R\$ 40 bi em 14 anos

Sarney recebeu também a visita de representantes do movimento “Dívida do RS: vamos passar a limpo essa conta!”. Ele elogiou a iniciativa e disse que o ideal federativo não pode correr risco, lembrando que uma das sugestões da comissão de especialistas do pacto federativo — presidida por Nelson Jobim, que é gaúcho — pode aliviar contas estaduais: a troca da correção do IGP-DI para o IPCA.

O movimento começou com pouco mais de dez parceiros e hoje reúne 69 entidades da sociedade civil. Os representantes informaram a Sarney que o valor contratado pelo estado há 14 anos foi de R\$ 10 bilhões. Mesmo com os pagamentos até junho de 2012, no valor de R\$ 15 bilhões, o saldo devedor é de R\$ 40 bilhões. Ana Amélia (PP-RS) participou do encontro.

## Vanessa comemora decisão que beneficia o Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou decisão do ministro do STF Celso de Mello que deu parecer favorável à ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo governo do Amazonas contra o estado de São Paulo devido à concessão de incentivos fiscais sobre o ICMS para a produção de tablets por empresas paulistas.

O governo de São Paulo, de acordo com a senadora, já tinha conhecimento da posição do Supremo contra a guerra fiscal entre estados. Mesmo assim, promoveu mudanças na lei infraconstitucional para aumentar os benefícios concedidos à produção de tablets.

— Por isso, o governador do Amazonas, Omar Aziz, recorreu e sua demanda foi considerada justa. A vitória é para todas as unidades da Federação que são vítimas dessa insana guerra fiscal — disse a senadora.

# Avança proposta que acelera troca de lixões por aterros sanitários

Projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente cria fundo, abastecido por doações e verbas federais, que financiará aterros municipais

UM PROJETO DE lei aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente prevê a criação de um fundo, abastecido por verbas da União e por doações, para a construção de aterros sanitários no país.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída dois anos atrás, determina aos prefeitos que acabem com todos os lixões do país até 2014.

O autor do projeto em questão (PLS 207/12) é o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Com o Fundo Nacional de Aterros Sanitários, ele pretende estimular a construção de aterros sanitários controlados.

De acordo com a proposta, o fundo financiará até 70% do valor dos projetos que atendam as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## Contrapartida

O Fundo Nacional de Aterros Sanitários existirá por dez anos e oferecerá às prefeituras dinheiro a fundo perdido. Será obrigatória contrapartida municipal de pelo menos 30% do valor do projeto.

## Casildo pede nova lei para a Defesa Civil, com foco na prevenção

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a criação de um “novo e amplo marco legal” da defesa civil. Ele disse que é necessário privilegiar os investimentos em prevenção de acidentes e garantir a autonomia financeira dos estados e municípios no setor.

O senador citou os estragos e as mortes provocados pelo furacão Sandy nos Estados Unidos e disse que o fenômeno teria provocado prejuízos incalculáveis no Brasil, que ele classificou de “imprevidente” em matéria de defesa civil.



Moreira Moriz/Agência Senado

## Para Lídice, governo precisa incentivar a produção de leite

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que o Brasil precisa fortalecer a cadeia produtiva do leite.

Ela afirmou que a produção brasileira de leite em 2012 vai ultrapassar os 30 bilhões de toneladas, gerando 4,6 milhões de empregos e R\$ 9,6 bilhões em impostos arrecadados.

— Ainda assim precisamos avançar muito para fortalecer a cadeia produtiva do leite e discutir como melhor trabalhar o setor — disse a senadora.

Lídice destacou também que o Brasil é o sexto maior mercado de leite do mundo.



Moreira Moriz/Agência Senado

## Parques nacionais necessitam mais verba, afirma Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) mostrou-se preocupado com a falta de investimento nos parques nacionais. Segundo ele, faltam recursos, infraestrutura e funcionários numa época em que tais unidades de conservação poderiam atrair turistas, às vésperas de eventos estratégicos para o ecoturismo, como a Copa e a Olimpíada.

Na opinião do senador, o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio têm feito “um trabalho quase heroico frente aos drásticos contingenciamentos de verbas”.

— Países com PIB menor que o nosso chegam a investir, por hectare protegido, até 25 vezes mais do que o Brasil na manutenção de seus sistemas.



Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente

Gerardo Mangel/Agência Senado

O relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou voto favorável, com uma emenda — para tirar a prioridade dos projetos que prevejam aproveitamento de resíduos para geração de energia e dos que utilizem terreno de propriedade de município.

## Energia

Flexa argumenta que priorizar a geração de energia contraria a lei, que estimula a compostagem (reciclagem de material orgânico, transformado em fertilizante natural, por exemplo), de forma a reduzir a quantidade de material destinado aos aterros.

Ele diz ainda que muitos municípios “não terão terrenos próprios para a construção de aterros sanitários e que, nem por isso, devem ficar em segundo plano no que respeita à concessão de recursos”.

O projeto agora precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos. Depois disso, será enviado para a Câmara dos Deputados.

## Souza: Câmara deve aprovar texto que reduz uso de adubo importado



Lira de Paula/Agência Senado

Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou a aprovação do PLS 212/12, que estimula a prática da rochagem na agricultura e diminui a dependência de fertilizantes importados. Rochagem é o enriquecimento do solo por meio de rochas moídas.

O senador, que relatou a proposta, fez um apelo aos deputados federais para que façam uma rápida análise dela.

— Que aprovelem o mais rápido possível, para baixar o custo da produção agrícola brasileira, aquela que tem feito a diferença na balança comercial.

## Comissão diz que MP do Ceitec cumpre requisito de urgência

A comissão de senadores e deputados federais que estuda a medida provisória que autoriza a prorrogação dos contratos temporários de trabalho do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) considerou ontem que ela atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância.

O Ceitec é uma empresa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que atua no setor de microeletrônica e semicondutores.

A MP 580/12 prorroga por 12 meses os contratos de funcionários temporários. Além disso, autoriza a contratação direta do Ceitec por órgãos públicos sem a necessidade de realizar licitação.

A comissão aprovou o relatório do deputado Afonso Florence (PT-BA). Em relação às 29 emendas apresentadas, o relator acolheu apenas a do deputado Pedro Uczai (PT-SC), que estende o regime diferenciado de contratações (RDC), que flexibiliza as licitações, para obras e serviços de engenharia no sistema público de saúde.

Durante a discussão da medida provisória na comissão mista, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) destacou o importante papel desempenhado pela MP de “potencializar” o desenvolvimento do Ceitec.

— Urge estabelecermos aqui um rito para a aprovação dessa matéria, até para que o efeito possa ser sentido imediatamente já na aplicação prática na vida de cada cidadão onde quer que seja — disse.

O parecer aprovado pela comissão mista agora será analisado pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

## Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Projeto regula uso do solo na instalação de equipamentos para serviços públicos

A ausência de regras sobre o uso do solo urbano pelas prestadoras de serviços públicos para a instalação de equipamentos tem sido fonte de conflitos entre os municípios e as concessionárias. A Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização (CMA) aprovou ontem projeto com o objetivo suprir essa lacuna.

Pelo PLS 183/09, as concessionárias terão o direito de implantar as redes necessárias à prestação dos serviços, entre os quais os de água, esgoto sanitário, energia elétrica, iluminação, telecomunicações e gás canalizado, desde que atendidos os requisitos técnicos. Por outro lado, os municípios terão tanto o direito de indicar as

áreas onde essas redes podem ser implantadas, como o de propor uma compensação pelo uso do solo.

A proposta foi formulada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como sugestão da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. O texto, que já passou na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), segue para a Secretaria-Geral da Mesa, que definirá os novos passos da tramitação.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator na CMA, o projeto viabiliza o equacionamento das disputas entre os municípios e as concessionárias, “oferecendo uma solução justa, que atende os interesses de ambas as partes”.

Pelo texto, as prestadoras terão direito de usar os terrenos segundo “condições justas e razoáveis”, mediante a instituição do regime jurídico de servidão, por acordo entre as partes ou por imposição do ente titular do serviço. Deve ainda ser respeitado o princípio da não discriminação. Devido ao uso compartilhado, devem ser atendidas normas técnicas para evitar interferências de um serviço sobre o outro.



Flexa Ribeiro: solução para disputa entre município e concessionárias

## Pesquisador: imposto deve ser usado para coibir desmate

Em simpósio realizado ontem no Congresso, senadores, deputados e pesquisadores da área ambiental disseram que a agricultura e a pecuária podem avançar no Brasil sem provocar mais desmatamentos. Para o engenheiro florestal Paulo Barreto, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), os produtores rurais precisam elevar a produtividade dos pastos já existentes. Ele propôs que se use o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para evitar o desmatamento, mudando as regras que vinculam o valor do tributo à produtividade da terra.

O 6º Simpósio Amazônia: desenvolvimento regional sustentável nas Regiões Norte

e Nordeste foi organizado em parceria pelo Senado (por meio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo) e pela Câmara dos Deputados (por meio da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional).

O senador Wellington Dias (PT-PI) disse que o evento permite debater um planejamento conjunto para regiões que têm “muitos problemas em comum”.

O diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, defendeu que os agricultores que adotarem práticas sustentáveis recebam, em troca, algum tipo de compensação financeira.



Gil Siuffo, deputados Wilson Filho, Manato e Sarney Filho, e Wellington Dias

# Comércio online não exige detalhamento, aponta debate

Participantes de debate destacam o grande crescimento das compras pela internet e dizem que a modernização do código deve estender a elas os princípios gerais de proteção ao consumidor

A ATUALIZAÇÃO DO Código de Defesa do Consumidor (CDC) deve priorizar, nas transações feitas pela internet, os princípios gerais da relação entre fornecedor e consumidor. Essa foi a opinião dos participantes de audiência promovida pela comissão que examina três projetos elaborados por juristas para modernizar o CDC (Lei 8.078/90) e que estão sendo relatados por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O debate de ontem foi sobre o PLS 281/12, que trata do comércio eletrônico.

Entre as principais mudanças contidas no projeto, estão a garantia de privacidade e segurança das transações pela internet, o direito à informação sobre o período de validade da oferta e o prazo de entrega do produto, e a regulamentação do *spam*. Na avaliação do representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Guilherme Rosa Varella, o CDC ganha importância a cada dia em razão da complexidade das relações de consumo. No que se refere a ofertas e propagandas por e-mail, Varella defendeu o envio desse tipo de publicidade apenas para os consumidores que optaram por isso. Hoje,



Comissão temporária realiza audiência sobre consumidor e compras pela internet

eles precisam recusar para não receber mais *spams*.

O vice-presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, Leonardo Palhares, disse que o *e-commerce* surgiu no Brasil há 11 anos e vem crescendo de 20% a 30% a cada ano, sempre regulado pelo CDC. Para ele, o código atualizado deve se manter como norma de princípios gerais, abordando mais a definição dos princípios de proteção do consumidor do que detalhando como fazer a proteção. O provedor não pode ter a prerrogativa, “que é da Justiça”, de censurar conteúdo da internet.

O representante do Procon-SP, Renan Ferracioli, disse que

o tratamento minucioso pode gerar risco de o texto ficar obsoleto precocemente. No que se refere a controle de dados, o diretor de Políticas Públicas do Google Brasil, Marcel Leonardi, defendeu a proteção dos dados do consumidor, sem que haja prejuízo ao avanço tecnológico.

O jurista Roberto Pfeiffer informou que o faturamento no comércio eletrônico chegou a R\$ 20 bilhões no primeiro semestre de 2012 — 20% superior ao do mesmo período em 2011. No entanto, os órgãos de proteção ao consumidor receberam em média 86% a mais de queixas e, no caso de sites de compras coletivas, o índice teve aumento de 400%, destacou.

## Anibal anuncia congresso de jornalistas no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou a realização, em Rio Branco, do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, o primeiro evento sindical dos profissionais da comunicação a ser realizado na região amazônica, disse.

O congresso começa hoje e tem como tema central “Os desafios do jornalismo e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável”. A programação vai até sábado.

O senador também parabenizou o MEC pelo sucesso na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).



Paulo Paim/Agência Senado

## Paim lê carta de central sindical pelo fim do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) leu trechos da carta enviada à banca gaúcha pela regional do Rio Grande do Sul da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) cobrando o fim do fator previdenciário.

No documento, a entidade, que representa cerca de 130 sindicatos e federações, pede a aprovação urgente do projeto de autoria de Paim que extingue o fator. A proposta, lembrou o senador, foi aprovada pelo Senado em 2008 e, desde então, tramita na Câmara dos Deputados.

O fator previdenciário, diz a carta, penaliza o trabalhador ao cortar o salário pela metade no ato da aposentadoria.

## Mozarildo explica decisão de negar música em Plenário

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) rebateu críticas recebidas por ter negado, na sessão de anteontem, pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP) para que Chambinho do Acordeon, intérprete de Luiz Gonzaga, cantasse no Plenário. Ele explicou que entende a boa intenção do colega, mas apenas cumpriu o Regimento Interno. No entanto, disse ser vítima de atitudes preconceituosas de pessoas que alegam combater o preconceito. Mozarildo salientou ainda que, assim como ele, Luiz Gonzaga era maçom.



Mozarildo Cavalcanti/Agência Senado

## Tomás saúda Associação dos Magistrados Brasileiros

Tomás Correia (PMDB-RO) homenageou a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que completou 63 anos em setembro. Na segunda-feira, o Senado realizou sessão solene para comemorar a data. Tomás disse que a entidade tornou-se notória ao atuar

pelo fortalecimento do Poder Judiciário e pela promoção dos valores da sociedade de direito. Destacou campanhas e ações desenvolvidas pela AMB para tornar o Judiciário mais ético e transparente.

O senador também saudou o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Roosevelt Queiroz Costa, e a presidente do Tribunal Regional Eleitoral do estado, Ivanira Feitosa Borges.



Tomás Correia/Agência Senado



Senador critica antecessor, Bush

## Simon manifesta apoio ao democrata Barack Obama

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou ontem apoio à reeleição do presidente Barack Obama, do Partido Democrata, nos Estados Unidos. Para ele, a vitória há quatro anos foi “um avanço para a humanidade” e a reeleição agora será uma consolidação do avanço. Até o fechamento desta edição, o resultado da eleição ainda não era conhecido.

O parlamentar criticou a atuação de George W. Bush (2001—2009) e afirmou que o republicano “conseguiu criar três grandes guerras” em oito anos de mandato.

— Não é possível dizer que Obama tenha feito um governo fantástico, como se esperava, mas foi um grande presidente — afirmou.

Ele disse ainda que a atual crise é em grande parte fruto do governo Bush, que gastou muitos bilhões de dólares em “guerras estúpidas”.

## Suplicy cita programa de saúde para fazer defesa da reeleição

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem apoiar a reeleição de Barack Obama. Para ele, a eleição do candidato democrata para mais um mandato será melhor para aquela nação e para a maioria dos outros países, inclusive o Brasil.

— Obama continua com o seu propósito de levar adiante os grandes anseios de Martin Luther King Jr. [1929—1968] — disse, referindo ao líder negro que lutou pelos direitos civis.

Suplicy citou artigo de Paul Krugman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em defesa de um novo mandato a Obama. Segundo o senador, Krugman ressalta que, se o republicano Mitt Romney ganhar, o programa de saúde, que já abrange mais de 50 milhões de norte-americanos e que Obama pretende expandir, enfrentará cortes gigantescos.



Suplicy lembra defesa de Krugman

# Projeto proíbe governo de congelar verba para Nordeste

Proposta aprovada em comissão determina que recursos do Orçamento destinados às regiões mais pobres do Brasil e às áreas de meio ambiente e segurança pública não podem sofrer contingenciamento

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem um projeto que livra de contingenciamento os recursos do Orçamento da União destinados às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De acordo com o texto, a mesma garantia é estendida aos recursos do Orçamento para meio ambiente e segurança pública, não importando para qual região do país são destinados.

A proposta aprovada consolida três diferentes projetos: o PLS 150/05, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que trata dos recursos para as três regiões menos desenvolvidas do país; o PLS 90/07, do mesmo senador, que se refere aos recursos para a segurança pública; e o PLS 21/11, de Lídice da Mata (PSB-BA), que trata das verbas para o meio ambiente.

Os contingenciamentos suspendem o uso de recursos reservados no Orçamento para projetos que não são classificados como obrigatórios. O governo normalmente lança mão dessa alternativa para garantir superávit e cumprir os compromissos com o pagamento dos juros da dívida pública.

### Interesses

Quem sugeriu o substitutivo para fundir os três projetos foi o relator das matérias, Tomás Correia (PMDB-RO). Normalmente, propostas com a finalidade de proteger verbas orçamentárias de contingenciamentos esbarram nos interesses do governo, que mobiliza a base de apoio para impedir que avancem.

Opositores afinados com a tese do equilíbrio orçamentário também costumam negar apoio a esse tipo de sugestão.

Os três projetos já haviam sido rejeitados pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Segundo Tomás, prevaleceu o entendimento de que “exceções casuísticas” ao contingenciamento criam um “precedente perigoso” que pode aumentar a rigidez orçamentária (impedir ajustes nos gastos pelo governo) e “sabotar” a Lei de Responsabilidade Fiscal.

— A responsabilidade fiscal tem muito mais a ver com o cumprimento do Orçamento do que com seu descumprimento. A prática abusiva do contingenciamento tende a descaracterizar o Orçamento, o que atinge de certa maneira a autoridade do Poder Legislativo, que o analisou e o aprovou — contrapôs o relator.

Os projetos serão apreciados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo Plenário.



Rodrigo Rollemberg preside reunião em que comissão aprovou projeto sobre contingenciamento de verbas do Orçamento

## Senado debaterá falha do governo apontada pelo TCU

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) realizará audiência para discutir o relatório de atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2011, no qual estão reunidas as irregularidades encontradas na aplicação de dinheiro público e as recomendações do órgão.

A data da audiência ainda será marcada. O debate foi sugerido por Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP).

O relatório do TCU aponta indícios de irregularidades no sistema de compras do governo federal e desequilíbrios nos contratos de concessões de rodovias federais, por exemplo.

De acordo com o parlamentar, a audiência pública será uma oportunidade para que os senadores busquem “inspiração e fundamentos para as ações legislativas e

fiscalizatórias” do Congresso Nacional.

### Cacau

A CMA também aprovou a realização de audiência, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Agricultura (CRA), para discutir meios de evitar que a doença monilíase afete as lavouras de cacau no Brasil. Causada por um fungo, a monilíase do cacau já

compromete plantações na Colômbia, na Venezuela e no Peru.

O debate foi proposto por Benedito de Lira (PP-AL), Lídice da Mata (PSB-BA) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Serão convidados representantes dos Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e da Secretaria de Agricultura da Bahia.

## Couto pede investigação sobre futebol no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) apresentou requerimento pedindo a criação de comissão temporária do Senado para acompanhar a crise no futebol paraense. O senador informou ter anexado “denúncias de desmandos” ao documento.

Ao justificar a proposta, Mário Couto ressaltou que luta contra a corrupção

desde que se tornou senador. Ele garantiu que, mesmo com críticas e acusações, tem “força, coragem e disciplina para não ser covarde”.

Ele lamentou a situação dos principais clubes de futebol do Pará, muitos, segundo ele, tradicionais, com mais de 100 anos de existência, como o

Remo e o Paysandu, que já participaram da Série A e honraram o futebol do estado. Couto disse que o clássico do estado chega a colocar 40 mil pessoas no estádio e comparou a disputa ao confronto entre as equipes do Real Madrid e Barcelona.

Para o senador, a culpa pela atual situação do futebol no estado é a



Capiberibe: recursos para segurança

## Capiberibe registra encontro de policiais e bombeiros em BH

João Capiberibe (PSB-AP) registrou a realização do 3º Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Policiais e Bombeiros Militares — Frente Brasil pela PEC 24, ocorrido dia 5 em Belo Horizonte. Representantes da categoria de 20 estados brasileiros debateram a questão da segurança pública no país, disse.

O senador é autor da PEC 24/12, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública com recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a venda de armas e material bélico, além do recolhimento de 3% sobre o lucro líquido dos bancos.

— É fundamental que tenhamos uma política nacional de combate à violência. Temos para educação, com direcionamento de 25% dos orçamentos públicos, outros 12% para a saúde, e a segurança pública não tem um financiamento claro.

Capiberibe também manifestou apoio aos índios guaranis-caiúas, cujas terras em Dourados (MS) estão ocupadas por terceiros.



Mário Couto: há provas da corrupção

corrupção que existe na Federação Paraense de Futebol (FPF). O parlamentar afirmou que há provas da corrupção na organização.